

Questões de Conhecimento Específico

01. De acordo com a Lei nº 4.320/1964, as receitas e despesas de capital serão objeto de um Quadro de Recursos e de Aplicação de Capital, aprovado por decreto do Poder Executivo, abrangendo, no mínimo:

- A) Um triênio.
- B) Um semestre.
- C) Um ano.
- D) Um biênio.

02. A Lei nº 4.320/1964 prevê que são créditos adicionais, as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento. Sobre os créditos adicionais, assinale a alternativa incorreta com base na referida Lei:

- A) Os créditos adicionais suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo.
- B) A abertura dos créditos suplementares e especiais não depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e não precisa de exposição justificativa.
- C) Os créditos adicionais terão vigência adstrita ao exercício financeiro em que forem abertos, salvo expressa disposição legal em contrário, quanto aos especiais e extraordinários.
- D) Os créditos adicionais classificam-se em suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária; especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica; e extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.

03. Sobre o empenho de despesa, julgue os itens a seguir de acordo com a Lei nº 4.320/1964:

- I. *É permitida a realização de despesa sem prévio empenho;*
- II. *O empenho da despesa poderá exceder o limite dos créditos concedidos;*
- III. *É permitido o empenho global de despesas contratuais e outras, sujeitas a parcelamento;*
- IV. *O empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.*

Dos itens acima:

- A) Apenas os itens II e III estão corretos.
- B) Apenas os itens I e II estão corretos.
- C) Apenas os itens I e IV estão corretos.
- D) Apenas os itens III e IV estão corretos.

04. A contabilidade deverá evidenciar, em seus registros, o montante dos créditos orçamentários vigentes, a despesa empenhada e a despesa realizada, à conta dos mesmos créditos, e as dotações disponíveis. De acordo com a Lei nº 4.320/1964, assinale a alternativa correta sobre a contabilidade orçamentária e financeira:

- A) O registro dos restos a pagar é feito por mês e em conjunto de credores, inexistindo distinção entre as despesas processadas e as não processadas.
- B) As operações de que resultem débitos e créditos de natureza financeira, não compreendidas na execução orçamentária, não serão objeto de registro, individualização e controle contábil.
- C) Os débitos de tesouraria não fazem parte da dívida flutuante.

D) O registro contábil da receita e da despesa far-se-á de acordo com as especificações constantes da Lei de Orçamento e dos créditos adicionais.

05. Em relação ao balanço assinala a alternativa correta de acordo com a Lei nº 4.320/1964:

- A) O balanço patrimonial deve demonstrar o passivo permanente, que compreenderá os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.
- B) O balanço patrimonial deve demonstrar o ativo permanente que compreenderá as dívidas fundadas e outras cujo pagamento independa de autorização orçamentária.
- C) O balanço patrimonial deve demonstrar o ativo financeiro, que compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.
- D) O balanço patrimonial deve demonstrar o passivo financeiro, que compreenderá as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

06. A Lei Complementar nº 101/2000 estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com amparo na Constituição Federal. Segundo a referida Lei, a responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar. De acordo com a referida Lei, a receita que deve ser apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze anteriores, excluídas as duplicidades é denominada como:

- A) Receita corrente líquida.
- B) Receita Federal.
- C) Receita ordinária.
- D) Receita sólida.

07. É certo que todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão, constarão da lei orçamentária anual, conforme dispõe a Lei Complementar nº 101/2000. Em relação à lei orçamentária anual, assinala a alternativa correta de acordo com a referida Lei Complementar:

- A) Todas as despesas relativas à dívida pública contratual constarão da lei orçamentária anual, inexistindo previsão legal sobre outras despesas para que constem outras despesas.
- B) A atualização monetária do principal da dívida mobiliária refinanciada poderá superar a variação do índice de preços previsto na lei de diretrizes orçamentárias, ou em legislação específica.
- C) É vedado consignar na lei orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.
- D) A lei orçamentária poderá consignar dotação para investimento com duração superior a um exercício financeiro, ainda que não esteja previsto no plano plurianual ou em lei que autorize a sua inclusão.

08. Para efeitos da Lei Complementar nº 101/2000, entende-se como despesa total com pessoal: o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a

mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência. De acordo com a referida Lei Complementar, os valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como:

- A) Despesas com terceiros.
- B) Outras despesas de pessoal.
- C) Despesas extras.
- D) Despesas indevidas.

09. De acordo com a Lei Complementar nº 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde é entendida como:

- A) Transferência voluntária.
- B) Transferência obrigatória.
- C) Transferência de saúde.
- D) Transferência administrativa.

10. Joana e Marina estavam em tarde de estudos sobre direito financeiro quando se depararam com as normas sobre preservação do patrimônio público da Lei Complementar nº 101/2000. Joana identificou que era vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, somente sendo permitida se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos. Marina corrigiu Joana e disse que a referida aplicação era vedada em qualquer hipótese. De acordo com a Lei Complementar nº 101/2000, assinale a alternativa correta:

- A) Ambas estão equivocadas, já que é permitida a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, exceto se for destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos.
- B) Joana tem razão, já que é vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos.
- C) Nenhuma das duas têm razão, já que é permitida a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente em todas hipóteses.
- D) Marina tem razão, já que sempre será vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, mesmo se fosse destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos.

11. De acordo com a Lei Complementar nº 141/2012, a União aplicará, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde, o montante correspondente ao valor empenhado no exercício financeiro anterior, apurado nos termos da referida Lei Complementar, acrescido de, no mínimo, o percentual correspondente à variação nominal do Produto Interno Bruto (PIB) ocorrida no ano anterior ao da lei orçamentária anual. Nos termos da Lei Complementar nº 141/2012, na situação de aplicação do valor mencionada anteriormente, em caso de variação negativa do PIB:

- A) O valor a ser aplicado poderá ser reduzido, em termos nominais, de um exercício financeiro para o outro.
- B) O valor a ser aplicado não poderá ser reduzido, em termos nominais, a cada três exercícios financeiros, mas poderá de um ano para o outro.
- C) O valor a ser aplicado sempre poderá ser reduzido em termos nominais, independentemente do tempo.
- D) O valor a ser aplicado não poderá ser reduzido, em termos nominais, de um exercício financeiro para o outro.

12. A Lei Complementar nº 141/2012, estabelece que os órgãos gestores de saúde da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios darão ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, das prestações de contas periódicas da área da saúde, para consulta e apreciação dos cidadãos e de instituições da sociedade, com ênfase no que se refere a:

- A) Comprovação do cumprimento do disposto na Lei; Relatório de Gestão do SUS; e avaliação do Conselho de Saúde sobre a gestão do SUS no âmbito do respectivo ente da Federação.
- B) Comprovação do cumprimento do disposto na Lei e Relatório de Gestão do SUS, somente.
- C) Comprovação do cumprimento do disposto na Lei e avaliação do Conselho de Saúde sobre a gestão do SUS no âmbito do respectivo ente da Federação, somente.
- D) Relatório de Gestão do SUS e avaliação do Conselho de Saúde sobre a gestão do SUS no âmbito do respectivo ente da Federação, somente.

13. A União prestará cooperação técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para a implementação das transferências diretas dos Estados para os Fundos Municipais de Saúde dos Municípios destinadas a financiar ações e serviços públicos de saúde, bem como para a modernização dos respectivos Fundos de Saúde, com vistas ao cumprimento das normas previstas na Lei nº 141/2012. De acordo com a referida Lei, a cooperação técnica prestada pela União consiste:

- A) Na entrega de bens ou valores e no financiamento por intermédio de instituições financeiras federais.
- B) Na contratação de técnicos de cada área para prestar assessoria.
- C) Na implementação de processos de educação na saúde e na transferência de tecnologia visando à operacionalização do sistema eletrônico, bem como na formulação e disponibilização de indicadores para a avaliação da qualidade das ações e serviços públicos de saúde, que deverão ser submetidos à apreciação dos respectivos Conselhos de Saúde.
- D) Na entrega de valores financeiros para a contratação de capacitação técnica com o objetivo de auxiliar os Municípios.

14. De acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (NBCT16), entende-se como recursos controlados:

- A) Os Espaços sociais de atuação de todas as entidades do setor público.

- B) Os ativos em que a entidade mesmo sem ter o direito de propriedade detém o controle, os riscos e os benefícios deles decorrentes.
- C) O conjunto de direitos e bens, tangíveis ou intangíveis, onerados ou não, adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados pelas entidades do setor público, que seja portador ou represente um fluxo de benefícios, presente ou futuro, inerente à prestação de serviço.
- D) Todos os esforços para movimentar e gerir recursos e patrimônio destinados a resolver problemas ou criar condições de promoção social.

15. Em relação aos princípios de contabilidade, é certo dizer que o princípio que objetiva evitar a omissão de lançamentos relativos a mutações patrimoniais carentes de documentação formal, tais como valorização do fundo de comércio e de bens imóveis é denominado de:

- A) Princípio da Competência, que determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento.
- B) Princípio da Continuidade que pressupõe que a Entidade continuará em operação no futuro e, portanto, a mensuração e a apresentação dos componentes do patrimônio levam em conta esta circunstância.
- C) Princípio da Entidade, que se estrutura na personalidade e na autonomia patrimonial.
- D) Princípio da Oportunidade que se refere ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas.

16. A Lei nº 4.320/1964, que estatui regras sobre direito financeiro dispõe que as entidades autárquicas ou paraestatais, inclusive de previdência social ou investidas de delegação para arrecadação de contribuições parafiscais da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal terão seus orçamentos aprovados por decreto do Poder Executivo. Esta regra geral estabelecida pela referida Lei possui uma exceção, que consiste:

- A) Na aprovação dos orçamentos pelo Poder Legislativo, caso exista disposição legal expressa neste sentido.
- B) Na aprovação dos orçamentos pela Secretaria da Fazenda, caso exista disposição legal expressa neste sentido.
- C) Na aprovação dos orçamentos pelo Ministério Público, caso exista disposição legal expressa neste sentido.
- D) Na aprovação dos orçamentos pelo Poder Judiciário, caso exista disposição legal expressa neste sentido.

17. Em relação aos princípios orçamentários, julgue os itens a seguir:

I. *Pelo princípio da anualidade ou periodicidade não são permitidas quaisquer compensações no âmbito orçamentário. Assim, por exemplo, embora pertençam aos Municípios cinquenta por cento do produto da arrecadação do ITR deverá constar do orçamento da União, como receita, o valor estimado referente a 100% do ITR que será arrecadado no período e, como despesa, os 50% destinados aos Municípios;*

II. *O princípio da não afetação ou não vinculação dos impostos veda a vinculação ou afetação de receita de impostos a determinado órgão, fundo ou despesa;*

III. *Pelo princípio do equilíbrio orçamentário, o Estado não pode gastar mais do que arrecada (equivalência entre receitas e despesas);*

IV. *O princípio da proibição do estorno de verbas determina que a lei orçamentária tem que ser aprovada antes do início do exercício financeiro respectivo.*

Dos itens acima:

- A) Apenas os itens II e III estão corretos.
- B) Apenas os itens I e II estão corretos.
- C) Apenas os itens I e IV estão corretos.
- D) Apenas os itens III e IV estão corretos.

18. Assinale a alternativa incorreta em relação ao conceito e as características de despesa pública.

- A) Sem autorização legal específica, nenhum gasto poderá ser realizado pelo Estado.
- B) Toda e qualquer previsão legal deverá indicar para qual despesa será utilizada determinada receita.
- C) A despesa pública pode ser empenhada sem a indicação exata da receita que será utilizada e sem a necessidade de previsão legal.
- D) A expressão despesa pública designa todo gasto estatal destinado a permitir a realização das necessidades públicas.

19. Ao final de cada quadrimestre será emitido pelos titulares dos Poderes e órgãos referidos na Lei Complementar nº 101/2000 Relatório de Gestão Fiscal. De acordo com a referida Lei, existem autoridades competentes para assinarem este Relatório de Gestão Fiscal. Assinale a alternativa que não corresponde a uma dessas autoridades previstas em Lei:

- A) Chefe do Ministério Público, da União e dos Estados.
- B) Chefe do Poder Executivo.
- C) Qualquer Ministro do Superior Tribunal de Justiça.
- D) Presidente de Tribunal e demais membros de Conselho de Administração ou órgão decisório equivalente, conforme regimentos internos dos órgãos do Poder Judiciário.

20. De acordo com a Lei Complementar nº 141/2012, o Ministério da Saúde manterá sistema de registro eletrônico centralizado das informações de saúde referentes aos orçamentos públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluída sua execução, garantido o acesso público às informações. São requisitos do Sistema de Informação sobre Orçamento Público em Saúde, exceto:

- A) Disponibilização do programa de declaração aos gestores do SUS no âmbito de cada ente da Federação, preferencialmente em meio eletrônico de acesso público.
- B) Processos físicos e manuais de declaração, armazenamento e exportação dos dados.
- C) Realização de cálculo automático dos recursos mínimos aplicados em ações e serviços públicos de saúde previstos nesta Lei Complementar, que deve constituir fonte de informação para elaboração dos demonstrativos contábeis e extracontábeis.
- D) Obrigatoriedade de registro e atualização permanente dos dados pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios.

Questões de Língua Portuguesa

INSTRUÇÃO: As questões de nº 21 a nº 30 dizem respeito ao Texto. Leia-o atentamente antes de respondê-las.

(TEXTO)

Empresas desenvolvem óleo de canabidiol e mapeamento genético contra o autismo

1 Dois milhões de brasileiros têm o transtorno do espectro do autismo (TEA), segundo estimativas da Organização Mundial de Saúde (OMS). A prevalência preocupa especialistas, mas também
5 motiva esforços em torno de novas soluções para o diagnóstico e o tratamento. Inovações como o uso de mapeamento genético e aplicação controlada de medicamentos à base de canabidiol foram apresentadas na Semana Internacional do Autismo
10 (TEAabraço), evento que reuniu profissionais esta semana em Ribeirão Preto (SP), como alternativas para quem busca uma melhor qualidade de vida aos filhos. "Quando usamos a tecnologia do modo correto ganhamos um grande aliado para o
15 desenvolvimento emocional, social e cognitivo", afirma Carolina Felício, organizadora do evento.

(Fonte adaptada: <https://g1.globo.com>>acesso em 09 de abril de 2019)

21. Sobre o Texto e seu contexto, analise:

- I. A sigla "TEA" significa "transtorno do espectro do autismo";
- II. Medicamentos à base de canabidiol estão sendo estudados para o tratamento contra o transtorno do espectro do autismo;
- III. A organizadora do TEAabraço afirma que a tecnologia utilizada de forma correta é uma grande aliada para o desenvolvimento emocional, social e cognitivo.

Dos itens acima:

- A) Apenas o item I está correto.
- B) Apenas os itens I e II estão corretos.
- C) Apenas os itens II e III estão corretos.
- D) Todos os itens estão corretos.

22. É correto afirmar que a partícula "que" (linha 10) exerce função morfológica de:

- A) Conjunção causal.
- B) Conjunção condicional.
- C) Conjunção integrante.
- D) Pronome relativo.

23. Assinale a alternativa em que o termo destacado exerce função morfológica de adjetivo, no contexto em que está inserido:

“Quando usamos a tecnologia do modo correto ganhamos um grande aliado para o desenvolvimento emocional, social e cognitivo’, [...]” (linhas 13 a 15)

- A) “usamos”
- B) “correto”
- C) “para”
- D) “desenvolvimento”

24. Assinale a alternativa em que o sujeito do verbo destacado é classificado corretamente como sendo um sujeito oculto:

- A) “Dois milhões de brasileiros têm o transtorno do espectro do autismo (TEA), [...]” (linhas 1 e 2)
- B) “A prevalência preocupa especialistas, [...]” (linhas 3 e 4)
- C) “Quando usamos a tecnologia do modo correto...” (linhas 13 e 14)
- D) “Inovações como o uso de mapeamento genético e aplicação controlada de medicamentos à base de canabidiol foram apresentadas na Semana Internacional do Autismo (TEA Abraço), [...]” (linhas 6 a 10)

25. Sobre o termo “têm” (linha 1), assinale a alternativa correta:

- A) Exerce função morfológica de verbo e está corretamente acentuado, uma vez que está concordando com a terceira pessoa do singular.
- B) Exerce função morfológica de verbo e está corretamente acentuado, uma vez que está concordando com a terceira pessoa do plural.
- C) Deveria ter sido empregado no singular, pois a forma do verbo “tem” só existe sem acento.
- D) No contexto em que está inserido, exerce função morfológica de advérbio e, portanto, pode ser empregado tanto no singular quanto no plural.

26. “Dois milhões de brasileiros têm o transtorno do espectro do autismo (TEA), [...]” (linhas 1 e 2). O predicado da oração é classificado corretamente como:

- A) Nominal.
- B) Verbal.
- C) Verbo-nominal.
- D) Predicativo do sujeito.

27. Assinale a alternativa em que os termos destacados exercem corretamente função sintática de objeto direto na oração a que pertencem:

- A) “Dois milhões de brasileiros têm o transtorno do espectro do autismo (TEA), [...]” (linhas 1 e 2)
- B) “A prevalência preocupa especialistas, [...]” (linhas 3 e 4)
- C) “[...], mas também motiva esforços em torno de novas soluções para o diagnóstico e o tratamento.” (linhas 4 a 6)
- D) “Inovações [...] foram apresentadas na Semana Internacional do Autismo (TEA Abraço), [...]” (linhas 6 a 10)

28. Assinale a alternativa correta com base na regra gramatical de acentuação da palavra “diagnóstico” (linha 6):

- A) Acentuam-se todas as palavras proparoxítonas.
- B) Acentuam-se os vocábulos paroxítonos terminados em “o”.

- C) Acentuam-se os vocábulos oxítonos terminados em “a, o”, seguidos ou não de “s”.
 D) Acentuam-se os vocábulos oxítonos terminados em ditongo aberto, seguidos ou não de “s”.

29. No trecho abaixo retirado do Texto, a crase foi empregada pela seguinte regra:

“Inovações como o uso de mapeamento genético e aplicação controlada de medicamentos à base de canabidiol foram apresentadas na Semana Internacional do Autismo (TEA Braço), [...]” (linhas 6 a 10)

- A) É obrigatório o uso da crase em locuções adverbiais constituídas de substantivo feminino.
 B) É obrigatório o uso da crase em algumas locuções conjuntivas constituídas de substantivo feminino.
 C) É obrigatório o uso da crase em locuções prepositivas constituídas de substantivo feminino.
 D) É obrigatório o uso da crase antes de palavra masculina quando, diante dela, houver uma palavra feminina subentendida.

30. Acerca da pontuação do Texto, é correto afirmar que a vírgula utilizada na linha 15 foi empregada pelo autor para:

- A) Indicar uma pausa mais extensa, mais profunda, mais enfática.
 B) Isolar a oração subordinada adjetiva explicativa.
 C) Separar os elementos mencionados numa relação.
 D) Indicar a mudança de interlocutor nos discursos narrativos.

Questões de Conhecimentos Gerais

31. *Kim Jong-un chega à Rússia para participar de encontro com Putin. Líder norte-coreano viajou de trem blindado até Vladivostok, onde a cúpula acontecerá.*

(Fonte Adaptada: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/>> acesso 24 de abril de 2019)

Com base na notícia acima e utilizando seus conhecimentos sobre o assunto, analise:

- I. *Essa é a primeira vez que Kim Jong-un visita a Rússia;*
 II. *O encontro dos dois líderes foi preparado em sigilo por "questões de segurança";*
 III. *A Rússia declarou guerra à Coreia do Sul.*

Dos itens acima:

- A) Apenas os itens I e II estão corretos.
 B) Apenas os itens II e III estão corretos.
 C) Apenas os itens I e III estão corretos.
 D) Todos os itens estão corretos.

32. De acordo com o município de Anchieta – SC, assinale a alternativa incorreta:

- A) O território do Município compreende o espaço físico-geográfico que atualmente se encontra sob seu domínio e jurisdição.
 B) É vedada a descentralização administrativa com a criação, nos bairros, de subsidies da prefeitura, na forma da lei de iniciativa do Poder Executivo.
 C) A soberania popular é exercida pelo voto universal direto e secreto, com valor igual para todos, mediante plebiscito, referendo e iniciativa popular.
 D) O Município tem como símbolos, o hino, o brasão, a bandeira. A Lei poderá estabelecer outros símbolos, dispondo sobre o seu uso no território do Município.

33. Em relação a ONU no Brasil, analise:

I. *A maioria dos organismos da ONU no Brasil tem sede em Brasília, porém existem outros com sedes no Rio de Janeiro e em Salvador;*

II. *As Nações Unidas têm representação fixa no Brasil desde 2002;*

III. *No Brasil, o Sistema das Nações Unidas está representado por agências especializadas, fundos e programas que desenvolvem suas atividades em função de seus mandatos específicos.*

Dos itens acima:

- A) Apenas os itens I e II estão corretos.
- B) Apenas os itens II e III estão corretos.
- C) Apenas os itens I e III estão corretos.
- D) Todos os itens estão corretos.

34. É uma das mais importantes bibliotecas de pesquisa do país. Fundada em 1925, em São Paulo, é a maior biblioteca pública da cidade e a segunda maior biblioteca pública do país, superada, apenas, pela Biblioteca Nacional. Trata-se da:

- A) Biblioteca Municipal Orígenes Lessa.
- B) Biblioteca Mário de Andrade (BMA).
- C) Biblioteca Comunitária da UFSCar.
- D) Biblioteca Euclides da Cunha.

35. *“É o segundo maior bioma da América do Sul, ocupando uma área de 2.036.448 km², cerca de 22% do território nacional. A sua área contínua incide sobre os estados de Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Bahia, Maranhão, Piauí, Rondônia, Paraná, São Paulo e Distrito Federal, além dos enclaves no Amapá, Roraima e Amazonas. Neste espaço territorial encontram-se as nascentes das três maiores bacias hidrográficas da América do Sul (Amazônica/Tocantins, São Francisco e Prata), o que resulta em um elevado potencial aquífero e favorece a sua biodiversidade.”*

O trecho acima faz referência ao bioma:

- A) Pampa.
- B) Caatinga.
- C) Pantanal.
- D) Cerrado.